EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 063/2026

ID CidadES: 2026.056E0700001.01.0064

O **MUNICÍPIO DE PIÚMA**, por meio da Agente de Contratação - Pregoeiro e Equipe de Apoio, designado pelo Decreto nº 3.363, 07 de julho de 2026, torna público para conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 10.024/2019 e Decreto Federal nº 11.462/2023 realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, conforme Processo nº 8075/2026 mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1 - DO OBJETO E DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS, ABSORVENTES HIGIÊNICOS E LENÇOS UMEDECIDOS**, conforme especificações do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

1.2 - A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Anexo II deste Edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos forem de seu interesse.

1.3 - O(s) preço(s) máximo(s) admitido(s) para a presente licitação é (são) o(s) que consta(m) no Anexo II deste Edital.

1.4 - O procedimento do Pregão Eletrônico será realizado por meio de sessão pública na Plataforma Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.

1.5 - Data da sessão pública:

1.5.1 - INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: **08:59 horas do dia 11/11/2026**.

1.5.2 - LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO**: 08:59 horas do dia 24/11/2026**.

1.5.3 - DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: **09:00 horas do dia 24/11/2026**.

1.5.4 - DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **09:00 horas do dia 24/11/2026**.

1.6 - Todos os documentos de habilitação e o MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL deverão ser inseridos na Plataforma após a sessão pública de disputa.

1.6.1 – Como condição para participação na sessão pública, os licitantes devem

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 1 / 92

inserir os dados da proposta inicial na Plataforma Portal de Compras Públicas.

1.7 - O modo de disputa será **ABERTO E FECHADO**.

1.8 - Esta licitação será julgada sob o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

2 - DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – Esta licitação adota o Sistema de Registro de Preços, e as regras pertinentes constam deste Edital e do Anexo que trata da minuta de Ata de Registro de Preços (ARP). No Anexo I deste Edital constam as informações sobre órgãos participantes, quantitativos e sobre a possibilidade ou não de adesão.

3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem devidamente credenciados no Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.2. Com exceção dos itens 14, 16 e 18, esta contratação é exclusiva a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

3.2.1 - A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.3 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

3.4 - Não poderão disputar esta licitação:

3.4.1 - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2 - pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.4.3 - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.4 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto;

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 2 / 92

3.4.5 - seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.6 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.7 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.8 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.4.9 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.10 - empresa que estejam sob falência, dissolução ou liquidação;

3.4.11 - empresa que não se qualifiquem como microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, no caso de licitações ou lotes exclusivos fundamentados no art. 48, incisos I e III da Lei Complementar nº 123, de 2006;

3.4.12 - que, embora qualificadas como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, incidam em qualquer das vedações do artigo 3°, § 4°, da Lei Complementar nº 123, de 2006 no caso de licitações ou lotes exclusivos fundamentados no art. 48, incisos I e III da Lei Complementar nº 123, de 2006;

3.5 - O impedimento decorrente de sanção administrativa será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 3 / 92

3.7 - O disposto nos itens acima não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.8 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os autos praticados diretamente ou por seu representante.

3.9 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da exeução do contrato, servidor público municipal, independentemente de qual seja o órgão ou entidade contratante, devendo serem observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos que disiplina a matéria, conforme art. 9º, § 1º da Lei nº 14..133/2021.

4 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

4.1 - A impugnação ao Edital poderá ser feita, por qualquer interessado, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, conforme dispõe art. 164 da Lei 14.133/2021, mediante documento formalizado e apresentado EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA PROVEDOR no endereço eletrônico do provedor indicado neste edital, no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.1.1 - Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal, subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante, e/ou não motivadas.

4.1.2 - Não serão conhecidas as impugnações efetuadas por meio diverso do que o estabelecido no item 4.1 deste edital.

4.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial, no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br, no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame e vinculará os participantes e a Administração.

4.3 - As impugnações não possuem efeito suspensivo, contudo, pode o Agente de Contratação - Pregoeiro atribuir-lhes tal efeito, em caráter excepcional, mediante justificativa nos autos.

4.4 - Acolhida a impugnação contra o instrumento convocatório será definida e publicada nova data para a realização do certame.

4.5 - O pedido de esclarecimentos referente ao processo licitatório será encaminhado ao

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 4 / 92

Agente de Contratação - Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, os interessados poderão formular consultas em campo próprio do sistema provedor. Contatos podem ser realizados pelo Portal no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.6 - O Agente de Contratação - Pregoeiro poderá requisitar informações formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e orçamento estimado, para fins de resposta aos questionamentos apresentados.

4.7 - Conforme preceitua o art. 174, I da Lei nº 14.133/2021, todos os prazos serão computados a partir das publicações no Portal de Compras Públicas, no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br, de forma automática pelo sistema provedor.

5 - DO CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO PROCESSO ELETRÔNICO

5.1 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Portal: www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.1.1 - Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao Portal: www.portaldecompraspublicas.com.br, também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

5.2 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do Licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame na forma eletrônica.

5.3 - O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Piúma, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4 - Os licitantes deverão acompanhar no Sistema Eletrônico, através do campo "ANDAMENTO DO PROCESSO ", durante todo o período da licitação, compreendido da data da publicação do edital até a de homologação do processo licitatório, as informações postadas no sistema pelo Agente de Contratação - Pregoeiro.

5.4.1 - Em caso de dúvidas referente a utilização e alimentação do Sistema Eletrônico, deverá o interessado consultar o setor de apoio do Portal de Compras Públicas pelos telefones 3003-5455 e/ou 0800 730 5455, não tendo a Prefeitura Municipal de Piúma

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 5 / 92

nenhuma responsabilidade no manuseio do sistema pelo Fornecedor.

5.5 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.5.1 - A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6 - DA DISPUTA E CONDUÇÃO DO CERTAME

6.1 - Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de Contratação - Pregoeiro, cujas atribuições estão definidas no Decreto Municipal nº 2.785, de 18 de janeiro de 2024, que atuará mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no seguinte endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.1.2 - Todas as referências de tempo do Edital, do Aviso e da Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

6.2 - A operacionalidade do Sistema se fará por meio do Portal: www.portaldecompraspublicas.com.br, junto ao qual as Licitantes deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

6.2.1 - Todos os prazos serão contados a partir das publicações no Portal de Compras Públicas, no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.2.2 - O Portal de Compras Públicas se destina a realização de todo procedimento licitatório desde a publicação do edital até a homologação do resultado, no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.3 - A participação na licitação, na forma eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado junto ao www.portaldecompraspublicas.com.br, e subsequente encaminhamento da PROPOSTA, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.

6.4 - O encaminhamento da PROPOSTA pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 6 / 92

firmes e verdadeiros sua PROPOSTA e seus lances.

6.5 - Caberá ao Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do certame Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema eletrônico ou de sua desconexão.

6.6 - Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação - Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.7 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do certame Eletrônico será suspensa e terá reinício, com o aproveitamento dos atos anteriormente praticados, somente após comunicação expressa do Agente de Contratação - Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.8 - Quando a desconexão representar uma efetiva e irreparável ruptura no certame, ou quando, após uma desconexão superior a 10 (dez) minutos, não se retomar, em prazo razoável, o processo de formulação de lances, a sessão do certame Eletrônico será definitivamente interrompida, o que acarretará, consequentemente, a renovação do procedimento, inclusive com nova publicação do aviso.

6.9 - No caso de desconexão, cada Licitante deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema eletrônico.

6.10 - A abertura da sessão pública deste certame Eletrônico, conduzida pelo Agente de Contratação - Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.11 - Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação - Pregoeiro e os Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, via *Chat*, em campo próprio do sistema eletrônico. Não será aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou e-mail.

6.12 - O Agente de Contratação - Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.13 - Somente os Licitantes com propostas cadastradas participarão da fase de lances.

6.14 - A desclassificação da PROPOSTA será sempre fundamentada e registrada no sistema eletrônico, com acompanhamento em tempo real pelas Licitantes.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 7 / 92

7. DA PROPOSTA COMERCIAL PRELIMINAR

7.1. Após efetuar login no sistema provedor, o licitante poderá realizar o download do arquivo do edital e, subsequentemente, prestar as declarações exigidas, encaminhar sua proposta de preços preliminar, bem como atender às demais exigências deste instrumento, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados, sempre, as datas e horários estabelecidos.

7.2. Como requisito para participação na licitação, o Licitante deverá manifestar, antes de inserir sua proposta comercial preliminar, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

a) Declaro, sob as penas da Lei, que não ultrapassei o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar;

b) Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

c) Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal de 1988;

d) Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação;

e) Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

f) Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais,

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 8 / 92

nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

g) Declaro não possuir em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal

h) Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para minha habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

7.2.1. O Licitante que se declarar enquadrado na Lei Complementar nº 123/2006 e vier a ser desclassificado ou inabilitado por não fazer jus aos benefícios está ciente de que será ser instaurado processo administrativo com vistas à aplicação das sanções previstas neste instrumento.

7.2.2. Em sendo o licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021**.**

7.3. Após prestadas as declarações a que se referem os subitens anteriores, os licitantes interessados encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta comercial preliminar com o valor ofertado.

7.4. As propostas preliminares poderão ser enviadas, substituídas, excluídas no sistema até a abertura da sessão pública.

7.5. O Licitante deverá enviar sua proposta comercial preliminar mediante o preenchimento, no sistema provedor, nos seguintes campos:

a) Valor unitário e total do item;

b) Marca/Fabricante.

7.6. A PROPOSTA COMERCIAL PRELIMINAR, inserida no sistema do provedor antes da disputa, não poderá conter qualquer informação que torne possível a identificação do respectivo licitante, até a conclusão da fase de lances, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.

7.7. As empresas deverão, obrigatoriamente, considerar todos os itens contidos no item/lote para formulação das propostas, sob pena de desclassificação.

7.8. O valor da proposta deverá ser apresentado em moeda nacional utilizando-se 02 (duas) casas decimais para o valor unitário e total cadastrado, desprezando-se as demais, incluindo-se todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 9 / 92

7.9. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente deste Edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusivamente aos órgãos de controle externo e interno, sendo divulgado aos licitantes apenas e imediatamente após o encerramento da etapa de envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

7.10. Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do instrumento convocatório.

7.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

7.12. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo iinferior ao previsto para a contratação.

8. DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Agente de Contratação - Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital ou contenham vícios insanáveis.

8.3. A desclassificação sempre será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.5. É vedado ao Agente de Contratação - Pregoeiro proceder à desclassificação de propostas, antes do início da fase competitiva, apresentadas em valor superior ao preço referencial.

8.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Agente de Contratação - Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens, pelo Agente de Contratação - Pregoeiro, aos licitantes.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 10 / 92

8.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.12. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.13. O Agente de Contratação - Pregoeiro, poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

8.14. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 0,01 (um centésimo de real).

8.15 - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.16 - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.16.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.16.2 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.16.3 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.16.4 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação - Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.16.5 - Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 11 / 92

8.17 - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO E FECHADO", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.17.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.17.2 - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.17.3 - No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.17.4 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.17.5 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.18 - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "FECHADO E ABERTO", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

8.18

8.18.1 - Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas neste item, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.18.2 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 12 / 92

8.18.3 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.18.4 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.18.5 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação - Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.18.6 - Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.19 - Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.20 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.21 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.22 - No caso de desconexão com o Agente de Contratação - Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.23 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação - Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação - Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.24 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.25 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 13 / 92

maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.25.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.25.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.25.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.25.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.26 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.26.1 - Havendo eventual empate, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021.

8.27 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação - Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.27.1 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.27.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 14 / 92

8.27.3 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.27.4 – Nos termos do item 10.1 deste Edital, Agente de Contratação - Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta definitiva em conformidade com o último lance ofertado ou valor negociado, Anexo II deste Edital, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

8.27.5 - É facultado ao Agente de Contratação - Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.28 - Após a negociação do preço, o Agente de Contratação - Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1 - Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis);

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo CNJ – Conselho Nacional de Justiça.

9.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome de seus sócios majoritários, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2. Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, o Agente de Contratação – Pregoeiro reputará o licitante desclassificado, por falta de condição de participação.

9.2 - Serão desclassificadas as propostas que:

9.2.1 - Contiverem vícios insanáveis;

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 15 / 92

9.2.2 - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital e seus anexos;

9.2.3 - Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

9.2.4 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.2.5 - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10. DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL DEFINITIVA E RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. ***DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DISPOSIÇÕES GERAIS***

10.1.1. A documentação de habilitação deverá ser apresentada exclusivamente por meio o sistema eletrônico (http://www.portaldecompraspublicas.com.br), **somente pelo licitante vencedor**, nos termos do Art. 63, II da Lei 14.133/2021.

10.1.1.1. Após solicitação do Agente de Contratação - Pregoeiro, a empresa arrematante deverá enviar, pelo sistema, **PROPOSTA COMERCIAL DEFINITIVA**, devidamente atualizada, em conformidade com o último lance ofertado ou valor negociado e os **DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA HABILITAÇÃO** no certame, devendo ser compactados e enviados no formato ZIP, no **prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período**:

I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação - Pregoeiro; ou

II - de oficio, a critério do Agente de Contratação - Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade.

10.1.1.2. Para uma melhor análise técnica, a empresa concorrente deverá comprovar o atendimento das especificações técnicas do termo de referência, por meio de fotos, folders, catálogos ou manuais técnicos fornecidos pelos fabricantes e indicar, caso aplicável, o endereço de internet – sítio do fabricante, contendo os dados do produto ofertado.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 16 / 92

10.1.2. Os documentos exigidos para habilitação deverão estar com prazo vigente na data da convocação do Agente de Contratação - Pregoeiro no provedor, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade.

10.1.3. Em nenhuma hipótese serão aceitos documentos disponibilizados por meio diverso que o sistema provedor, na forma prevista neste instrumento.

10.1.4. Todos os documentos exigidos, inclusive a proposta comercial definitiva, serão encaminhados em formato digital, nos termos dos subitens subsequentes.

10.1.5. Para fins do disposto neste edital, entende-se como documento digital aquele nato-digital ou digitalizado, este último em formato PDF, sendo vedada a apresentação de arquivos em imagem.

10.1.6. O licitante deverá observar o disposto no subitem 6.5, no que diz respeito à sua convocação para apresentação da proposta comercial definitiva e eventuais documentos adicionais, sendo de sua responsabilidade acompanhar os atos praticados pelo Agente de Contratação - Pregoeiro no sistema eletrônico, bem como realizar contato junto ao responsável, se assim for de seu interesse, para conferir o correto recebimento dos documentos enviados, quando assim exigido.

10.1.7. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, após o julgamento da proposta, estes deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido, após solicitação do Agente de Contratação - Pregoeiro no sistema eletrônico.

10.2. DA PROPOSTA COMERCIAL DEFINITIVA

10.2.1 - O Agente da Contratação/Pregoeiro convocará o vencedor do certame e fixará prazo para enviar, pelo sistema, a PROPOSTA ATUALIZADA, em conformidade com o último lance ofertado ou valor negociado.

10.2.2 - A Proposta Atualizada deverá ser entregue no sistema, sendo necessário o upload de seu arquivo, juntamente com a documentação complementar, quando exigida no edital, em moeda corrente do País, nas condições e especificações estabelecidas neste edital, seus anexos e sistema provedor.

10.2.2.1 - Deverá constar na Proposta Atualizada:

a) Indicação dos valores unitários dos itens e totais por lote, no modelo apresentado em campo próprio do sistema provedor;

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 17 / 92

b) Prazo de Validade da Proposta: não deverá ser inferior a 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 120 (cento e vinte) dias;

c) Quando exigido, a indicação da MARCA, que deverá ser idêntica à apresentada inicialmente, quando do cadastramento da proposta comercial preliminar, no sistema provedor;

d) Quando exigido, a indicação da modalidade de Garantia Contratual, conforme Art. 96, §1º da Lei 14.133/2021.

10.2.3 - O valor deverá ser apresentado em moeda nacional utilizando-se 02 (duas) casas decimais para o valor unitário (R$ 0,00), desprezando-se as demais, incluindo todos os impostos, seguros, transportes, embalagens, contribuições sociais, bem como quaisquer outros custos relacionados com a entrega do produto, com base nas especificações do objeto.

10.2.4 - Deverão ser cotados todos os itens constantes do respectivo lote, em suas quantidades totais.

10.2.5 - A proposta deverá conter oferta firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.2.6 - Não serão adjudicadas as propostas de preços com valores superiores ao estimado para CADA LOTE e/ou para CADA ITEM.

10.2.7 - Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o objeto ser entregue ao Órgão sem ônus adicionais.

10.2.8 - O Agente da Contratação – Pregoeiro examinará a proposta melhor classificada quanto a compatibilidade do(s) preço(s) ofertado(s) em relação ao(s) preço(s) estimado(s) na pesquisa de mercado, podendo solicitar manifestação do setor demandante acerca de sua compatibilidade técnica com as especificações contidas no Termo de Referência.

10.2.9 - O Agente da Contratação - Pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de servidores do Município de Piúma para orientar sua decisão.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 18 / 92

10.2.10 - Não será admitida proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou incompatíveis com os praticados no mercado, exceto quando se referirem a recursos materiais ou técnicos do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

10.2.11 - Quando necessário, o Agente da Contratação - Pregoeiro poderá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade da sua proposta, por meio de documentos.

10.2.12 - O Agente da Contratação - Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta detalhada quando o preço ofertado for aceitável e houver necessidade de ajustes para adequar a propostas aos requisitos exigidos neste edital e seus anexos.

10.2.13 - Em caráter de diligência, os arquivos remetidos poderão ser solicitados a qualquer momento em original ou por cópia autenticada. Para tanto, os documentos deverão ser encaminhados ao Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Piúma, localizado à Av. Felicindo Lopes, nº 238 – Acaiaca – Piúma/ES – CEP 29285-000, no prazo estabelecido pelo Agente da Contratação - Pregoeiro.

10.2.13.1 - Quando solicitada a apresentação de originais ou cópias autenticadas, nos termos do parágrafo anterior, será considerado atendido o prazo de entrega na data da postagem, desde que a licitante utilize a ferramenta SEDEX, com o respectivo registro e envio do código de rastreamento ao Agente de Contratação - Pregoeiro. Caso o licitante opte por outro meio de entrega dos documentos em questão, será considerado atendido o prazo na data do efetivo recebimento.

10.2.14 - Será desclassificado o licitante que abandonar o certame deixando de enviar a documentação acima indicada, o que pode ensejar a instrução de processo para aplicação de sanções previstas neste edital.

10.3. DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

10.3.1 - O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que desejar obter os tratamentos previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá apresentar a CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL, seguindo a previsão da Instrução Normativa DREI nº 10/2013 ou norma que venha a substituí-la.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 19 / 92

10.3.2 - Caso o licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja optante pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar também o comprovante de opção obtido no site do Ministério da Fazenda (http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional).

10.3.3 - O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos na esfera civil, penal e administrativa.

10.4. DA DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA

10.4.1. A documentação de habilitação deverá ser apresentada **somente pelo licitante vencedor**, nos termos do Art. 63, II da Lei 14.133/2021.

10.4.1.1. O licitante deverá apresentar os documentos para sua habilitação especificados a seguir, com validade vigente à data de sua apresentação, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, não sendo aceitos “protocolos de entrega ou solicitação de documento" em substituição.

10.4.1.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante mais bem classificado, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis).

10.4.1.2.1. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

10.4.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.4.2.1. Para habilitação jurídica da Licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos, quando couber:

I. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

II. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 20 / 92

III. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-enegocios/pt-br/empreendedor;

IV. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

V. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

VI. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VII. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

VIII. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.4.2.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.4.2.3. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízos para exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 21 / 92

10.4.3. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

10.4.3.1. Para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista da Licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

II. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III. Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais;

IV. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;

V. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa;

VI. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

VII. Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

10.4.3.2. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempreendedor individual, microempresa, empresa de pequeno porte ou COOP deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.4.3.3. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, é assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.4.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.4.4.1. Para fins de qualificação técnica a empresa deverá apresentar:

a) Atestado de capacidade técnica emitidos por entidades de direito público ou privado comprovando a aptidão da licitante para o fornecimento dos produtos idênticos ou similares ao objeto licitado, devidamente assinado e,

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 22 / 92

preferencialmente, em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do fornecimento.

10.4.4.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.4.4.1.2. O Município de Piúma poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação a licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

b) Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, conforme determina a Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC 153 de 26 de abril de 2017, alterada pela RDC 418/2020 e regulamentada e atualizada pela Instrução Normativa do Ministério da Saúde – IN 66 de 1º de setembro de 2020.

10.4.5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.4.5.1. Para comprovação da boa situação financeira da Licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observada a data de validade definida no instrumento ou certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório, conforme Acórdão de Relação TCU 8271/2011 – Segunda Câmara.

10.4.6. OBSERVAÇÕES SOBRE A HABILITAÇÃO

10.4.6.1. Os documentação exigida são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 23 / 92

10.4.6.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, **não** poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.4.6.2. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

10.4.6.2.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

10.4.6.3. Em caso de restrição quanto à documentação de regularidade fiscal e trabalhista apresentada por microempreendedor individual, microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007 (que se manifestou como tal no sistema do provedor), a mesma será convocada para, no prazo de **05 (cinco) dias** úteis, após a declaração de vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Municipal, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.4.6.4. Caso o microempreendedor individual, microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa não regularize sua documentação fiscal e trabalhista no prazo estabelecido acima, decairá seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.4.6.5. Os benefícios acima mencionados não são aplicados aos ITENS/LOTES cujos valores estimados forem superiores à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 24 / 92

10.4.6.6. Nas contratações com prazo de vigência superior a 01 (um) ano, será considerado o valor anual da contratação na aplicação do limite previsto no subitem anterior.

10.4.6.7. É facultado ao Agente de Contratação - Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

11 - DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS

11.1. Será exigida do licitante provisoriamente vencedor a apresentação de amostra para TODOS os itens do Termo de Referência, no prazo máximo de **5 (cinco) dias corridos,** EXCETO nos seguintes casos:

11.1.1. Quando a proposta apresentar uma das marcas de referência indicadas no Termo de Referência, ou para as fraldas destinadas ao cumprimento de mandado judicial, que deverão obrigatoriamente corresponder às marcas determinadas judicialmente, à saber, os itens dispensados de apresentação de amostra:

Item 07 – Fralda Infantil Marca Babysec – Tamanho G

Item 08 – Fralda Infantil Marca Huggies Supreme Care – Tamanho XXG

Item 09 - Fralda Infantil Marca Huggies Supreme Care – Tamanho XXXG

Item 10 – Fralda Geriátrica Marca Tena Forte – Tamanho M

Item 11 – Fralda Geriátrica Tipo Roupa Marca Plenitud – Tamanho G/XG

Item 12 – Fralda Geriátrica Tipo Roupa Marca Plenitud – Tamanho P/M

Item 13 – Fralda Geriátrica Marca Bigfral Plus – Tamanho XG

11.2. As amostras devem ser entregues no endereço da Comissão Permanente de Licitação, localizado na Avenida Felicindo Lopes, nº 238, Bairro Acaiaca, Piúma/ES, no horário das 08h às 11h30 e de 13h30 às 16h30, de segunda-feira à sexta-feira (horário local), no prazo estipulado no subitem 11.1, sendo que a licitante assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

11.2.1. Cada amostra deverá estar disposta em embalagem original devidamente lacrada e identificada, com o número do lote e item, número do pregão, nome da empresa licitante, marca do objeto ofertado, conforme apresentado na proposta de preços eletrônica, e conter a descrição “amostra”.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 25 / 92

11.2.2. Se a amostra for enviada pelo correio ao endereço indicado no subitem 11.2, deverá ser postada via SEDEX, AR ou Carta Registrada, com confirmação de entrega da encomenda, observando o prazo estipulado no subitem 11.1, sendo que, neste caso, considerar-se-á a data da postagem para verificação do atendimento do prazo previsto.

11.2.3. Caso a licitante seja classificada no(s) item(ns)/lote(s) reservado(s) e no(s) item(ns)/lote(s) de ampla concorrência, apresentará somente uma amostra para ambos.

11.3. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada pelo interessado, antes de findo o prazo, se aceita as razões expostas.

11.4. As amostras serão avaliadas por uma comissão indicada pela Secretaria Municipal de Saúde. Embora o processo seja conduzido pela Secretaria Municipal de Administração, a avaliação ficará sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, por se tratar do órgão com conhecimento especializado e competência técnica para assegurar a conformidade e a qualidade das amostras para avaliação dos aspectos mínimos de aceitabilidade.

11.4.1. As condições das embalagens deverão estar de acordo com a portaria nº 1480/90 do Ministério da Saúde, atendendo a resolução GMC nº 36/2004 do INMETRO, referente a rotulagem.

11.4.2. A embalagem deverá conter no máximo 30 fraldas descartáveis.

11.4.3. A amostra deve ser entregue acompanhado do Manual de Boas Práticas de Fabricação do fabricante da fralda e os seguintes laudos:

a) Irritabilidade dérmica primária

b) Irritabilidade dérmica acumulada

c) Sensibilização

11.4.4. Conforme determinam a RDC 48, de 25 de outubro de 2013, RDC Nº 142, de 17 de março de 2017 e Portaria nº 1.480, de 31 de dezembro de 1990, do Ministério da Saúde/ANVISA.

11.4.5. Após avaliação será emitido parecer do setor técnico, contendo o resultado de cada avaliação, bem como critérios para aceitação ou não da amostra apresentada.

11.4.6. Em caso de divergência entre as referidas amostras e as especificações do Termo de Referência, Edital, anexos e proposta comercial apresentada, as amostras serão desclassificadas.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 26 / 92

11.4.7. Os critérios de avaliação da amostra serão:

a) Amostra em embalagem original e lacrada;

b) Conformidade da amostra com a descrição do item no Termo de Referência;

c) Correspondência fiel da amostra à descrição apresentada na proposta comercial da empresa licitante e à descrição da embalagem;

d) Não apresentar histórico de ocorrências relativas a problemas de qualidade devidamente comprovadas em processos anteriores, no âmbito da Administração Municipal;

e) Teste de inspeção: será realizado através da observação do brilho da cobertura da fralda geriátrica e a saturação do gel pelo lado externo após a aplicação de água;

f) Teste do toque: será realizado por digito pressão sobre as fraldas 15 minutos após a aplicação de água e tem o intuito de encontrar pontos de umidades e deformidades da cobertura em todas as etapas dos testes;

g) Teste de umidade: dispor as fraldas sobre um lençol ou outro tecido para detectar o extravasamento da água no lençol na aplicação imediata e após uma hora da aplicação de água;

h) Teste de deformidade: após uma hora de despejada a água, as fraldas devem ser suspensas pelas abas das pontas superiores e inferiores para observar o peso no fundo e a perda da sua estrutura.

i) A quantidade total de água usada nos testes será de 500ml (infantil) e 1000ml (adulta, exceto o tamanho P que será de 900ml).

j) Será considerada reprovada a fralda que não atender a todos os critérios acima.

11.4.7.1. O produto deverá estar de acordo com as Normas, Resoluções e Portarias da ANVISA/Ministério da Saúde, conforme legislação vigente e atender rigorosamente todas as Especificações Mínimas contidas neste Termo de Referência, no item Solicitação de Compras, o contrário implicará em desclassificação.

11.5. Serão divulgados com, no mínimo, 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, através da Plataforma de realização da licitação, o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

11.6. Para a avaliação da amostra, o servidor/comissão avaliador(a) poderá, a seu critério, devidamente justificado, solicitar análise técnica.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 27 / 92

11.7. O resultado da avaliação da(s) amostra(s) será divulgado por meio da Plataforma de realização da licitação.

11.8. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra e ela for reprovada, ocorrerá a desclassificação da proposta.

11.8.1. Desclassificada a proposta, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pela segunda classificada. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

11.9. Os exemplares colocados à disposição da Administração poderão ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

11.10. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

11.12. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

12 DOS RECURSOS

12.1. - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. - As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA PROVEDOR, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação pessoal, realizada pelo sistema provedor.

12.3. - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. - o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 28 / 92

12.3.3. - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. - na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos, bem como não serão conhecidas as manifestações de recurso efetuadas por meio diverso do aqui estabelecido (chat de mensagens, e-mail, carta, etc.).

12.7. - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. - Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

13 - DA ADJUDICAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para promover a adjudicação do objeto e homologar a licitação.

13.2 - Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir da data da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e seus anexos.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 29 / 92

13.2.1 - O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo seja aceito pela Administração.

13.2.2 - A Administração, quando o convocado não assinar o Termo de Contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

13.2 - Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos deste edital, poderá:

13.2.1 - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

13.2.2 - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.3 - Para a formalização da contratação, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14 - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1 - Todos os procedimentos e orientações sobre a execução da contratação constam no Termo de Referência – Anexo I e na Minuta do Contrato – Anexo IV.

15 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1 - As orientações sobre o pagamento constam no Termo de Referência – Anexo I e na Minuta do Contrato – Anexo IV.

16 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 - Os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, e às demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 30 / 92

16.2 - As sanções relativas à execução do contrato constam no Termo de Referência – Anexo I e na Minuta do Contrato – Anexo IV.

17 – DO CONTRATO

17.1 – A vigência do Contrato e suas eventuais prorrogações constam no Termo de Referência – Anexo I e Minuta do Contrato – Anexo IV.

17.2 – As previsões quanto assinatura do contrato constam no Item 13 deste Edital.

18 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 - É facultado ao Agente da Contratação - Pregoeiro, em qualquer fase do procedimento, efetuar diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada aos licitantes a juntada posterior de informações ou documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de análise da proposta de preço e habilitação.

18.2 - É facultado ao Agente da Contratação - Pregoeiro, em qualquer fase do procedimento, solicitar informações complementares aos licitantes.

18.3 - É facultado ao Agente da Contratação - Pregoeiro solicitar a contribuição de servidores do Município de Piúma para subsidiar a análise técnica de qualquer objeto licitado.

18.4 - O licitante é responsável pela veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Pregão, cabendo responsabilização na esfera civil, penal e administrativa pela prática de atos fraudulentos.

18.5 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.6 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.7 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 31 / 92

18.9 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.10 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.11 - Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;

Anexo III - Modelo de Declaração de Não Enquadramento nas Vedações da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei nº 14.133/2021.

Piúma/ES, 10 de novembro de 2026

Maria Gabriela Marinho dos Santos
Matrícula nº 12412
Agente de Contratação – Pregoeira

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 32 / 92

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de fraldas descartáveis, absorventes higiênicos e lenços umedecidos, conforme as especificações técnicas e os quantitativos consolidados constantes do **APÊNDICE I**, bem como a distribuição dos quantitativos por Secretaria Municipal, apresentada no **APÊNDICE II**, ambos integrantes deste Termo de Referência, observadas as condições e exigências nele estabelecidas.

1.2. Os bens objeto desta contratação enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não é classificado como bem de luxo, conforme definido pelo Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contados da publicação do seu extrato na Imprensa Oficial e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.4.1. No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, atendidas as condições previstas no art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, os quantitativos registrados poderão ser renovados.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada nos tópicos, respectivamente, necessidade da contratação e estimativa de quantidade para a contratação, do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 33 / 92

4.1. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

4.1.1. Será exigida do licitante provisoriamente vencedor a apresentação de amostra para TODOS os itens deste Termo de Referência, no prazo máximo de **5 (cinco) dias corridos,** EXCETO nos seguintes casos:

4.1.1.1. Quando a proposta apresentar uma das marcas de referência indicadas neste Termo de Referência, ou para as fraldas destinadas ao cumprimento de mandado judicial, que deverão obrigatoriamente corresponder às marcas determinadas judicialmente.

4.1.2. As amostras devem ser entregues no endereço da Comissão Permanente de Licitação, localizado na Avenida Felicindo Lopes, nº 238, Bairro Acaiaca, Piúma/ES, no horário das 08h às 11h30 e de 13h30 às 16h30, de segunda-feira à sexta-feira (horário local), no prazo estipulado no subitem 4.1.1, sendo que a licitante assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.1.2.1. Cada amostra deverá estar disposta em embalagem original devidamente lacrada e identificada, com o número do lote e item, número do pregão, nome da empresa licitante, marca do objeto ofertado, conforme apresentado na proposta de preços eletrônica, e conter a descrição “amostra”.

4.1.2.2. Se a amostra for enviada pelo correio ao endereço indicado no subitem 4.1.2, deverá ser postada via SEDEX, AR ou Carta Registrada, com confirmação de entrega da encomenda, observando o prazo estipulado no subitem 4.1.1, sendo que, neste caso, considerar-se-á a data da postagem para verificação do atendimento do prazo previsto.

4.1.2.3. Caso a licitante seja classificada no(s) item(ns)/lote(s) reservado(s) e no(s) item(ns)/lote(s) de ampla concorrência, apresentará somente uma amostra para ambos.

4.1.3. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada pelo interessado, antes de findo o prazo, se aceita as razões expostas.

4.1.4. As amostras serão avaliadas por uma comissão indicada pela Secretaria Municipal de Saúde. Embora o processo seja conduzido pela Secretaria Municipal de Administração, a avaliação ficará sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, por se tratar do órgão com conhecimento especializado e competência técnica para assegurar a conformidade e a qualidade das amostras para avaliação dos aspectos mínimos de aceitabilidade.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 34 / 92

4.1.4.1. As condições das embalagens deverão estar de acordo com a portaria nº 1480/90 do Ministério da Saúde, atendendo a resolução GMC nº 36/2004 do INMETRO, referente a rotulagem.

4.1.4.2. A embalagem deverá conter no máximo 30 fraldas descartáveis.

4.1.4.3. A amostra deve ser entregue acompanhado do Manual de Boas Práticas de Fabricação do fabricante da fralda e os seguintes laudos:

a) Irritabilidade dérmica primária

b) Irritabilidade dérmica acumulada

c) Sensibilização

4.1.4.4. Conforme determinam a RDC 48, de 25 de outubro de 2013, RDC Nº 142, de 17 de março de 2017 e Portaria nº 1.480, de 31 de dezembro de 1990, do Ministério da Saúde/ANVISA.

4.1.4.5. Após avaliação será emitido parecer do setor técnico, contendo o resultado de cada avaliação, bem como critérios para aceitação ou não da amostra apresentada.

4.1.4.6. Em caso de divergência entre as referidas amostras e as especificações deste Termo, Edital, anexos e proposta comercial apresentada, as amostras serão desclassificadas.

4.1.4.7. Os critérios de avaliação da amostra serão:

a) Amostra em embalagem original e lacrada;

b) Conformidade da amostra com a descrição do item no Termo de Referência;

c) Correspondência fiel da amostra à descrição apresentada na proposta comercial da empresa licitante e à descrição da embalagem;

d) Não apresentar histórico de ocorrências relativas a problemas de qualidade devidamente comprovadas em processos anteriores, no âmbito da Administração Municipal;

e) Teste de inspeção: será realizado através da observação do brilho da cobertura da fralda geriátrica e a saturação do gel pelo lado externo após a aplicação de água;

f) Teste do toque: será realizado por digito pressão sobre as fraldas 15 minutos após a aplicação de água e tem o intuito de encontrar pontos de umidades e deformidades da cobertura em todas as etapas dos testes;

g) Teste de umidade: dispor as fraldas sobre um lençol ou outro tecido para detectar o extravasamento da água no lençol na aplicação imediata e após uma hora da aplicação de água;

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 35 / 92

h) Teste de deformidade: após uma hora de despejada a água, as fraldas devem ser suspensas pelas abas das pontas superiores e inferiores para observar o peso no fundo e a perda da sua estrutura.

i) A quantidade total de água usada nos testes será de 500ml (infantil) e 1000ml (adulta, exceto o tamanho P que será de 900ml).

j) Será considerada reprovada a fralda que não atender a todos os critérios acima.

4.1.4.7.1. O produto deverá estar de acordo com as Normas, Resoluções e Portarias da ANVISA/Ministério da Saúde, conforme legislação vigente e atender rigorosamente todas as Especificações Mínimas contidas neste Termo de Referência, no item Solicitação de Compras, o contrário implicará em desclassificação.

4.1.5. Serão divulgados com, no mínimo, 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, através da Plataforma de realização da licitação, o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

4.1.6. Para a avaliação da amostra, o servidor/comissão avaliador(a) poderá, a seu critério, devidamente justificado, solicitar análise técnica.

4.1.7. O resultado da avaliação da(s) amostra(s) será divulgado por meio da Plataforma de realização da licitação.

4.1.8. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra e ela for reprovada, ocorrerá a desclassificação da proposta.

4.1.8.1. Desclassificada a proposta, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pela segunda classificada. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

4.1.9. Os exemplares colocados à disposição da Administração poderão ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.1.10. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 36 / 92

4.1.12. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.2. DA VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA/PRODUTO NA EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.2.1. Diante das conclusões extraídas do Processo nº 6658/2024, pregão eletrônico nº 053/2024 (Município de Piúma-ES), a Administração NÃO aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:

a) Marca: ConfortMaxi (Geriátricas);

b) Marca: ConforMaster (Geriátricas).

4.2.1.1. Essas marcas não serão aceitas, pois foram desclassificadas no pregão anterior citado por não atenderem aos critérios técnicos exigidos. Como o objeto desta contratação e os padrões de referência permanecem os mesmos, espera-se que continuem não atendendo às exigências avaliadas pela equipe da comissão.

4.3. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

Não se aplica.

4.4. CATÁLOGOS, ENCARTES, FOLHETOS TÉCNICOS OU “FOLDERS” DOS MATERIAIS OFERTADOS

4.4.1. O licitante deve apresentar, junto à proposta eletrônica, catálogos, encartes, folhetos técnicos ou “folders” dos materiais ofertados, devendo conter as especificações mínimas solicitadas neste Termo de Referência, e atender aos seguintes enunciados:

a) quando o documento anexado estiver em língua estrangeira, o mesmo deverá ser traduzido para a língua portuguesa;

b) havendo diversos modelos no documento anexado, o licitante deverá identificar qual a marca/o modelo que está ofertando no certame licitatório.

4.5. GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Não se aplica.

4.6. DA SUSTENTABILIDADE

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 37 / 92

4.6.1. A contratada deverá adotar as seguintes práticas na execução do contrato:

4.6.1.1. Sempre que possível, priorizar produtos cuja embalagem utilize material reciclável ou reciclado, ou que sejam passíveis de reciclagem.

4.6.1.2. Assegurar que as embalagens estejam em conformidade com a legislação ambiental vigente, em especial no que tange à destinação final adequada.

4.6.1.3. Evitar o uso de embalagens secundárias desnecessárias que gerem aumento de resíduos sólidos.

4.6.1.4. Priorizar fornecedores que atendam a normas de sustentabilidade reconhecidas (ex.: certificações ambientais, práticas de responsabilidade socioambiental), quando aplicável.

4.6.1.5. Cumprir integralmente a legislação relativa à logística reversa, quando aplicável ao produto fornecido, responsabilizando-se pelo correto encaminhamento dos resíduos gerados.

4.7. CONSÓRCIO

4.7.1. NÃO será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do(s) objetos a ser(em) adquirido(s), considerando que as empresas que atuam no Mercado têm condições de executar o(s) mesmo(s) de forma independente.

4.8. SUBCONTRATAÇÃO

4.8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Do Prazo para Entrega

5.1.1. O prazo de entrega para dos objetos é de **20 (vinte) dias corridos**, contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) encaminhada pela Secretaria Requisitante.

5.2. Do Local e Horário para Entrega

5.2.1. Para os Pedidos da Secretaria Municipal de SAÚDE:

A entrega do objeto deverá ser realizada na Farmácia Básica Municipal, R. Gerson Passos Martins, 2 - Lot. Acaiaca, Piúma/ES, no horário das 8h às 11h e de 12h às 15h, de segunda a sexta-feira.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 38 / 92

5.2.2. Para os Pedidos das Demais SECRETARIAS:

A entrega do objeto deverá ser realizada no Almoxarifado Municipal, Avenida Beira Rio, nº 185, Bairro Acaiaca, Piúma/ES, no horário das 8h às 11h e de 12h às 16:30h, de segunda a sexta-feira.

5.2.3. Será de responsabilidade da contratada observar os feriados e pontos facultativos do Município para programação da entrega do objeto.

5.2.4. A entrega dos produtos no local indicado ficará a cargo da CONTRATADA, a quem caberá providenciar o transporte e mão de obra necessária, sem qualquer ônus ao Município de Piúma.

5.3. Condições de Recebimento do Produto

5.3.1. Os produtos deverão ser novos, não se admitindo, em hipótese alguma, o fornecimento de material alternativo, bem como atender às especificações técnicas exigidas e obedecer rigorosamente:

a) às especificações constantes neste Termo de Referência;

b) às normas da ABNT/INMETRO, conforme aplicável a cada produto;

c) às prescrições e recomendações dos fabricantes;

d) à obrigatoriedade de que a embalagem contenha, de forma legível, os dados do fabricante, número do lote e prazo de validade, o qual não poderá ser inferior a 2 (dois) anos a contar da data de fabricação, devendo ainda atender à legislação vigente e específica do produto, em especial à RDC nº 142, de 17 de março de 2017, da ANVISA/Ministério da Saúde;

e) os produtos deverão ser entregues com prazo máximo de 4 (quatro) meses de fabricação, observando-se cumulativamente que o prazo de validade total do item não poderá ser inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados da data de fabricação, de modo que, no momento da entrega, o produto deverá apresentar no mínimo 20 (vinte) meses de validade remanescente.

f) As condições das embalagens deverão estar de acordo com a portaria nº 1480/90 do Ministério da Saúde, atendendo a resolução GMC nº 36/2004 do INMETRO, referente a rotulagem.

g) A **embalagem** deverá conter **no máximo 30 fraldas** descartáveis.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 39 / 92

5.3.2. Verificada alguma irregularidade, o(s) produto(s) será(ão) devolvido(s), ficando o custo do transporte por conta da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.3. O Certificado de Registro no Ministério da Saúde, se exigido, poderá ser apresentado em cópia simples ou emitido via Internet (site da ANVISA).

5.3.4. Após a entrega, os produtos serão recebidos PROVISORIAMENTE pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis para realização da conferência quantitativa, verificação do estado de conservação das embalagens quanto a avarias e adulteração, e conferência da documentação fiscal quanto às exigências da legislação em vigor.

5.3.4.1. O recebimento provisório dos materiais não implica em sua aceitação definitiva;

5.3.4.1.1. Os itens, ainda que aceitos, estarão sujeitos à substituição sempre que comprovada a existência prévia de vícios, a ocorrência de má-fé por parte da Contratada, condições inadequadas de transporte ou alterações na estabilidade dentro do prazo de validade que comprometam a integridade do produto e sua utilização de forma adequada.

5.3.4.2. Os produtos que estiverem em desacordo com as especificações exigidas nesta contratação, apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso serão recusados e devolvidos parcial ou totalmente, ficando a CONTRATADA obrigada a substituí-los no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contados da data de recebimento da notificação escrita, sem ônus para o CONTRATANTE, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução;

5.3.4.3. Será recusado material deteriorado, alterado, adulterado, avariado, corrompido, fraudado, bem como aquele em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação;

5.3.4.4. O servidor designado poderá solicitar a substituição de um produto por outro em caso de defeito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir do recebimento daquele que foi devolvido, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil.

5.3.5. Os bens serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 40 / 92

provisório, mediante preenchimento de termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

5.3.5.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.3.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.3.7. A recusa da CONTRATADA em substituir o(s) produto(s) reprovado(s) nos testes será considerada descumprimento contratual, ensejando a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

5.4. Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

5.4.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo do objeto, sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante/fabricante em sua proposta comercial.

5.5. Dos custos agregados ao objeto

5.5.1. Todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, frete, carga e descarga, tributos, sem qualquer exceção, que incidirem sobre a execução do objeto, correrão por conta exclusiva da vencedora.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. As condições contratuais deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas previstas neste Termo de Referência, dentro das normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 41 / 92

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal indicado pela secretaria requisitante, ou pelos respectivos substitutos (art. 117 da Lei nº 14.133/2021).

6.5.1. A fiscalização do contrato ocorrerá por meio dos fiscais nomeados em portaria própria publicada pelas secretarias solicitantes.

6.6. Caberá à fiscalização, dentre outras:

6.6.1. Acompanhar a execução do contrato (ou documento equivalente), para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato (ou documento equivalente), de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6.2. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.6.3. Emitir, quando identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.4. Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.5. Comunicar, ao gestor do contrato, as ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas.

6.6.6. Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.6.7. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relativas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas, verificará a manutenção das

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 42 / 92

condições de habilitação da contratada, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.6.8. Nas ocasiões de descumprimento das obrigações contratuais por parte da Contratada, atuar tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

7.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

7.3. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste Termo de Referência.

7.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

7.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

7.6. Transportar os produtos e disponibilizar mão-de-obra especializada para entrega deles.

7.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado neste Termo de Referência, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

7.8. Custear o frete relativo à devolução dos produtos defeituosos dentro do prazo de garantia.

7.9. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução da contratação.

7.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 43 / 92

responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE.

7.10.1. Ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

7.11. Encaminhar, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os documentos que comprovem a sua regularidade fiscal e o relatório de adimplemento de encargos.

7.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

7.13. Disponibilizar para o CONTRATANTE um atendimento personalizado e imediato, com fornecimento de números de telefone, e-mail e demais formas de comunicação para abertura de chamados e envio de notificações, comunicando-o em até 1 (um) dia útil caso haja qualquer alteração.

7.14. Designar um preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução da contratação, informando nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato e substituto em suas ausências.

7.15. Comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 1 (um) dia útil, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

7.16. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.17. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para a qualificação na contratação direta.

7.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

7.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

7.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 44 / 92

7.21. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do CONTRATANTE.

7.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

7.23. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Termo de Referência, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

7.24. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

7.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Termo de Referência e seus anexos.

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.3. Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto deste Termo de Referência, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição.

8.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.4.1. As notificações se darão por meio eletrônico (e-mail) a ser fornecido pela CONTRATADA quando da assinatura contratual ou da apresentação da proposta, ficando a cargo desta avisar em até 1 (um) dia útil, qualquer alteração deste no curso do contrato;

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 45 / 92

8.4.2. Considerar-se-á lido o e-mail pela CONTRATADA após 2 (dois) dias úteis do seu envio.

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA, designando servidores com competência necessária para promover o recebimento dos produtos, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, assim como prazo de validade e entrega.

8.6. Anotar em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas no fornecimento dos produtos.

8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

8.8. Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução da contratação.

8.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

8.10. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência.

8.11. Adotar as medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA.

8.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Liquidação

9.1. Conclusa a etapa de recebimento definitivo do bem/produto, recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, a liquidação ocorrerá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 46 / 92

instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) O prazo de validade;

b) A data da emissão;

c) Os dados do contrato e do órgão contratante;

d) O período respectivo de execução do contrato;

e) O valor a pagar;

f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.5. A nota fiscal, ou instrumento de cobrança equivalente, deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

Prazo de Pagamento

9.6. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

9.7. Em caso de atraso pelo contratante, caberá ao contratado direito ao recebimento de multa financeira calculada nos seguintes termos:

$$VM = \frac{VF \times 0{,}33 \times ND}{100}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Diária

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso

ND = Número de dias em atraso

Forma de Pagamento

9.8. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 47 / 92

9.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.11. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.12. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Do Reajuste

9.13. Os preços serão expressos em reais, sendo fixos e irreajustáveis, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de quando poderá haver reajuste, tomando como base a data do orçamento estimado pela Administração Municipal, sendo esta a data do relatório de pesquisa de preços, aplicando-se o aplicando-se o IPCA-IBGE, conforme fórmula abaixo estabelecida:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

Pr = preço reajustado, ou preço novo;

P = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida na forma do item 9.1 desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

9.13.1. O reajuste deverá ser precedido de requerimento formulado pela Contratada, sob pena de preclusão.

9.13.2. A Contratada deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, se existente, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 48 / 92

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021;

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021;

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste instrumento, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021;

10.2.4. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) nos casos de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida;

10.2.5. Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) pelas infrações descritas no item 10.1;

10.2.6. O descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas do contrato autoriza a Administração a promover sua extinção, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021;

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 49 / 92

a) No caso anterior, fica autorizado o CONTRATANTE a rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, convertendo-se a multa em compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

10.2.7. Aplicam-se no contrato as multas compensatórias previstas neste Termo de Referência.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

10.4. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021);

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021);

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5.1. Na aplicação das sanções serão considerados os aspectos elencados no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

10.5.2. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

10.5.3. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 50 / 92

sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sobe a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

11.2. Para fins de qualificação técnica, será exigido do licitante:

11.2.1. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA: Atestado(s) de fornecimento(s) emitido(s) por entidade(s) de direito público ou privado comprovando a aptidão da licitante para o fornecimento do(s) materiais(s) idêntico(s) ou similar(es) aos objetos licitados, devidamente assinado e, preferencialmente, em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do fornecimento.

11.2.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

11.2.3. ALVARÁ SANITÁRIO (OU LICENÇA SANITÁRIA) DA EMPRESA LICITANTE, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, conforme determina a Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC 153 de 26 de abril de 2017, alterada pela RDC 418/2020 e regulamentada e atualizada pela Instrução Normativa do Ministério da Saúde – IN 66 de 1º de setembro de 2020.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação é de **R$ 1.247.348,56 (Um milhão, duzentos e quarenta e sete mil, trezentos e quarenta e oito reais e cinquenta e seis centavos**) conforme custos unitários apostos no mapa comparativo de preços.

12.2. O valor aceito para contratação deverá estar compatível com o valor de mercado, estabelecido através de pesquisa de preços e expresso no Mapa Comparativo de Preço.

12.3. Será considerada vencedora a proposta mais vantajosa, desde que a empresa ofertante comprove sua regularidade com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e tenha como cumprir os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 51 / 92

12.4. Na proposta de preço devem estar incluídos todos os custos e despesas decorrentes da prestação do serviço.

12.5. Os orçamentos providos pelos fornecedores na fase interna da contratação e as propostas apresentadas na fase externa terão prazo de validade mínimo de 60 dias.

13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Fonte de Recurso	Ficha
Administração	000004001.0412200072.012	33903000000	150000000000	0000090
Saúde	000008001.1030300192.074	33903200000	150000150001	154
Assistência Social	000009001.0824400252.092	33903000000	166000009999	408
Educação	000007001.1236500512.049	33903000000	150000250000	0000289

13.2. A Contratante reserva-se o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da reserva orçamentária prevista.

14. JUSTIFICATIVA PARA INDICAÇÃO DE MARCA

A indicação excepcional de marcas específicas de fraldas descartáveis no presente Termo de Referência decorre do cumprimento de decisões judiciais vigentes, as quais determinam expressamente o fornecimento de produtos com marcas, modelos e tamanhos definidos, conforme prescrição médica individualizada e determinação judicial.

As decisões judiciais abaixo relacionadas impõem à Administração Pública a obrigação de fornecimento das fraldas nas marcas indicadas, não sendo admitida a substituição por produtos similares ou equivalentes, sob pena de descumprimento de ordem judicial, aplicação de multas e responsabilização do ente público:

0013543-65.2012.8.08.0062	Fralda Plenitud G
0001245-65.2017.8.08.0062	Fralda Geriatrica XG
0000800-71.2022.8.08.0062	Fralda Plenitud P/M
0001103-32.2015.8.08.0062	Fralda Geriatrica Tena M

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 52 / 92

0000747-62.2020.8.08.0062	Fralda Huggies Infantil XXXG
0002448-96.2016.8.08.0062	Fralda Huggies Infantil XG
0004376-19.2015.8.08.0062	Fralda Plenitud G
0002579-71.2016.8.08.0062	Fralda geriatrica G
0000920-56.2018.8.08.0062	Fralda Infantil G
0001197-33.2022.8.08.0062	Fralda Plenitud P/M
5002299-34.2024.8.08.0062	Fralda Infantil G
0002337-15.2016.8.08.0062	Fralda Geriatrica Tena M
5001026-54.2023.8.08.0062	Fralda Geriatrica G
5001821-60.2023.8.08.0062	FraldaHuggies XXG
0001046-19.2012.8.08.0062	Plenitud G/XG
5001632-48.2024.8.08.0062	Plenitud G/XG
0001515-21-2019.8.08.0062	Fralda Infantil P
0001634-50.2017.8.08.0062	Fralda Bigfral EG
5000732-02-2023.8.08.0062	Fralda Plenitud G/XG
0000890-16.2021.8.08.0062	Fralda Huggies XXG
5001757-50.2023.8.08.0062	Fralda Babysec XG
0002029-42.2017.8.08.0062	Fralda Geriatrica G

A especificação das marcas encontra respaldo na necessidade de garantir a continuidade do tratamento, a segurança dos pacientes, bem como a efetividade da decisão judicial, considerando que a indicação do produto está vinculada a laudos e prescrições médicas que levaram à concessão da tutela jurisdicional.

Ressalta-se que a indicação de marca não tem por objetivo restringir a competitividade, mas sim atender a uma exigência judicial específica, caracterizando hipótese de exceção admitida pela Lei nº 14.133/2021, quando devidamente motivada e formalizada.

Dessa forma, os itens abaixo descritos correspondem exclusivamente às determinações judiciais em vigor, sendo a aquisição limitada aos quantitativos necessários ao fiel cumprimento das referidas decisões:

- **FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAM. P/M - TIPO ROUPA - PLENITUD**
- **FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAM. G/XG - TIPO ROUPA - PLENITUD**
- **FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAM. XG - BIGFRAL PLUS**

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 53 / 92

- **FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL XXG MENINO/MENINA - HUGGIES SUPREME CARE**
- **FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL XXXG MENINO/MENINA - HUGGIES SUPREME CARE**
- **FRALDA GERIATRICA DESCARTAVÉL TAM. M - TENA CONFORT**
- **FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL BABYSEC TAMANHO XG**

Por fim, esclarece-se que eventual ampliação, substituição ou alteração das marcas somente poderá ocorrer mediante nova decisão judicial ou manifestação técnica/jurídica devidamente formalizada nos autos, garantindo a legalidade, a segurança jurídica e o interesse público.

15. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. A adoção do sistema de registro de preço justifica-se pela forma de aquisição do objeto, que terá a participação de várias Secretarias Municipais com previsão de entregas parceladas a cada setor, conforme a disponibilidade orçamentária.

15.2. No âmbito federal o SRP encontra amparo legal no artigo 1° do Decreto n° 11.462/2023, que regulamenta os artigos 82 a artigo 86 da Lei n° 14.133/2021.

15.3. O artigo 3° do Decreto n° 11.462/2023 dispõe que o SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

a) Quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

b) Quando foi conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços renumerados por unidade de medida, como quantidade de horas serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

c) Quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

d) Quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão que trata o § 2° do art. 32; ou quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

15.4. No presente caso, a contratação preenche os requisitos impostos pela legislação específica, na qual demonstra-se como cabível a adoção do Sistema de Registro de Preços.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 54 / 92

15.5. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, mediante requerimento de adesão enviado, eletronicamente, ao órgão ou entidade gerenciadora com os seguintes requisitos.

15.5.1. Para a utilização da Ata de Registro de Preços, por meio de adesão, deverão ser observadas as seguintes condições:

I. Solicitação formalizada pelo Ordenador de Despesas do Órgão Aderente, devendo indicar:

a) Nome e número de inscrição, do Ordenador de Despesas, no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia - CPF/ME;

b) CNPJ e endereço do órgão;

c) Nome da pessoa responsável para contato com telefone e e-mail;

d) Número da Ata de Registro de Preços e do Edital de Licitação que a originou;

e) Especificação dos itens, número do item na ata; códigos utilizados pela Prefeitura Municipal de Piúma, quantidades, valores unitário e total que se pretende adquirir e/ou contratar.

II. Manifestação expressa do compromissário fornecedor de que aceita fornecer os itens pretendidos por meio de adesão, sem prejuízo dos compromissos assumidos com os órgãos participantes.

15.5.2. Caso seja autorizada a adesão será firmado um Termo de Autorização pelo órgão Gerenciador.

15.6. As adesões a que se refere esta cláusula não poderão exceder ao dobro do quantitativo dos itens registrados na ata de registro de preços, independente da quantidade de órgãos aderentes.

15.7. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este subitem não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento), do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 15.7.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 55 / 92

Piúma/ES, 22 de outubro de 2026.

Termo de Referência elaborado por:

MARIA ELIZABETH DUARTE RUFFOLO
Matrícula n.° 12.559

Termo de Referência aprovado por:

SEBASTIÃO ELIAS CAMPOS JÚNIOR
Secretário Municipal de Administração

CAIO CÉSAR DE SOUZA BARBOSA
Secretário Municipal de Saúde

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 56 / 92

APÊNDICE I - RELAÇÃO DOS ITENS, QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA
01	**FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, TAMANHO P** - Tripla proteção, filme de polietileno, polpa de celulose, polímero superabsoservente, não tecido de poliprolineno, não tecido de fibras bicomponentes e fibras polyester, aloe vera, vitamina E, adesivo temoplástico, fios de elástico, fitas adesivas. A embalagem deve conter dados do fabricante, lote e validade de no mínimo 2 anos após a fabricação e deve atender a legislação vigente e pertinente ao produto e estar de acordo com a RDC n° 640 de 24 de março de 2022 do Ministério da Saúde/ANVISA. Marca de referência igual ou similar a huggies / turma da monica / pampers premium care / cremer.	UND	1.220	12.200
02	**FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, TAMANHO M** - tripla proteção, filme de polietileno, polpa de celulose, polimero superabsoservente, não tecido de poliprolineno, não tecido de fibras bicomponentes e fibras polyester, aloe vera, vitamina e, adesivo temoplástico, fios de elástico, fitas adesivas. A embalagem deve conter dados do fabricante, lote e validade de no mínimo 2 anos após a fabricação e deve atender a legislação vigente e pertinente ao produto e estar de acordo com a RDC n° 640 de 24 de março de 2022 do Ministério da Saúde/ANVISA. Marca de referência igual ou similar a huggies / turma da monica / pampers premium care / cremer.	UND	1.420	14.200
03	**FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, TAMANHO G** - tripla proteção, filme de polietileno, polpa de celulose, polimero superabsoservente, não tecido de poliprolineno, não tecido de fibras bicomponentes e fibras polyester, aloe vera, vitamina e, adesivo temoplástico, fios de elástico, fitas adesivas. A embalagem deve conter dados do fabricante, lote e validade de no mínimo 2 anos após a fabricação e deve atender a legislação vigente e pertinente ao produto e estar de acordo com a RDC n° 640 de 24 de março de 2022 do Ministério da Saúde/ANVISA. Marca de referência igual ou similar a huggies / turma da monica / pampers premium care / cremer.	UND	2.330	23.300
04	**FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, TAMANHO EG/XG**- tripla proteção, filme de polietileno, polpa de celulose, polimero superabsoservente, não tecido de poliprolineno, não tecido de fibras bicomponentes e fibras polyester, aloe vera,	UND	1.300	13.000

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 57 / 92

	vitamina e, adesivo temoplástico, fios de elástico, fitas adesivas. A embalagem deve conter dados do fabricante, lote e validade de no mínimo 2 anos após a fabricação e deve atender a legislação vigente e pertinente ao produto e estar de acordo com a RDC n° 640 de 24 de março de 2022 do Ministério da Saúde/ANVISA. Marca de referência igual ou similar a huggies / turma da monica / pampers premium care / cremer.			
05	**FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, TAMANHO GG** - tripla proteção, filme de polietileno, polpa de celulose, polimero superabsoservente, não tecido de poliprolineno, não tecido de fibras bicomponentes e fibras polyester, aloe vera, vitamina e, adesivo temoplástico, fios de elástico, fitas adesivas. A embalagem deve conter dados do fabricante, lote e validade de no mínimo 2 anos após a fabricação e deve atender a legislação vigente e pertinente ao produto e estar de acordo com a RDC n° 640 de 24 de março de 2022 do Ministério da Saúde/ANVISA. Marca de referência igual ou similar a huggies / turma da monica / pampers premium care / cremer.	UND	1.420	14.200
06	**FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, TAMANHO XXG** - tripla proteção, filme de polietileno, polpa de celulose, polimero superabsoservente, não tecido de poliprolineno, não tecido de fibras bicomponentes e fibras polyester, aloe vera, vitamina e, adesivo temoplástico, A embalagem deve conter dados do fabricante, lote e validade de no mínimo 2 anos após a fabricação e deve atender a legislação vigente e pertinente ao produto e estar de acordo com a RDC n° 640 de 24 de março de 2022 do Ministério da Saúde/ANVISA. Marca de referência igual ou similar a huggies / turma da monica / pampers premium care / cremer.	UND	1.330	13.300
07	**ABSORVENTE ÍNTIMO COM ABAS**. Para fluxo normal, com cobertura suave e formato anatômico que se adapta ao corpo. Possui cápsulas em gel, canais laterais e circuito completo antivazamento, que distribuem o fluxo por too o absorvente, garantindo tripla proteção. termoplásticos e papel siliconado, sem fibras de algodão, fabricado com componentes atóxicos que não causem irritação em contato com a pele, sem perfume, testado dermatologicamente. Embalagem plástica com número do lote, data de fabricação e validade mínima de 24 meses, pacote com 08 unidades,marca referência: equivalente, similar ou superior a “sempre-livre”, “always” ou “íntimus gel”	PACOTE	62	625

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 58 / 92

08	**FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO P** - Para uso para período mínimo de 10h, a camada externa deve ser macia ao toque, deve ser hipoalergênica, possuir indicador de umidade, a manta interna deve ter formato anatômico, deve permitir o reposicionamento do fechamento para melhor ajuste no paciente, os componentes devem ser atóxicos, a fralda deve absorver no mínimo 1000ml. Composição: barreira protetora de fibra de polipropileno, fibras de celulose, polímeros super absorventes, fios de elastano, adesivos termoplásticos, fitas adesivas para fixação, camada interna de não tecido e fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno. Deve ser indicada para incontinência severa. Deve suportar peso corporal de 20 a 40kg, aproximadamente. Deve ser apresentado junto a proposta, notificação prévia regularizada pela ANVISA, ficha técnica, laudos microbiológicos e dermatológicos de irritabilidade dérmica primária acumulada e sensibilização dérmica.	UND	1.830	18.300
09	**FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO M** - Para uso para período mínimo de 10h, a camada externa deve ser macia ao toque, deve ser hipoalergênica, possuir indicador de umidade, a manta interna deve ter formato anatômico, deve permitir o reposicionamento do fechamento para melhor ajuste no paciente, os componentes devem ser atóxicos, a fralda deve absorver no mínimo 1000ml. Composição: barreira protetora de fibra de polipropileno, fibras de celulose, polímeros super absorventes, fios de elastano, adesivos termoplásticos, fitas adesivas para fixação, camada interna de não tecido e fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno. Deve ser indicada para incontinência severa. Deve suportar peso corporal de 40 a 70kg, aproximadamente. Deve ser apresentado junto a proposta, notificação prévia regularizada pela ANVISA, ficha técnica, laudos microbiológicos e dermatológicos de irritabilidade dérmica primária acumulada e sensibilização dérmica.	UND	3.030	30.300
10	**FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO G** - Para uso para período mínimo de 10h, a camada externa deve ser macia ao toque, deve ser hipoalergênica, possuir indicador de umidade, a manta interna deve ter formato anatômico, deve permitir o reposicionamento do fechamento para melhor ajuste no paciente, os componentes devem ser atóxicos, a fralda deve absorver no mínimo 1000ml. Composição: barreira protetora de fibra de polipropileno, fibras de celulose, polímeros super absorventes, fios de elastano, adesivos termoplásticos, fitas adesivas para fixação, camada interna de não tecido e fibras	UND	10.000	100.000

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 59 / 92

	de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno. Deve ser indicada para incontinência severa. Deve suportar peso corporal de 70 a 90kg, aproximadamente. Deve ser apresentado junto a proposta, notificação prévia regularizada pela ANVISA, ficha técnica, laudos microbiológicos e dermatológicos de irritabilidade dérmica primária acumulada e sensibilização dérmica.			
11	**FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO EG/XG** - Para uso para período mínimo de 10h, a camada externa deve ser macia ao toque, deve ser hipoalergênica, possuir indicador de umidade, a manta interna deve ter formato anatômico, deve permitir o reposicionamento do fechamento para melhor ajuste no paciente, os componentes devem ser atóxicos, a fralda deve absorver no mínimo 1000ml. Composição: barreira protetora de fibra de polipropileno, fibras de celulose, polímeros super absorventes, fios de elastano, adesivos termoplásticos, fitas adesivas para fixação, camada interna de não tecido e fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno. Deve ser indicada para incontinência severa. Deve suportar peso corporal acima de 90kg, aproximadamente. Deve ser apresentado junto a proposta, notificação prévia regularizada pela ANVISA, ficha técnica, laudos microbiológicos e dermatológicos de irritabilidade dérmica primária acumulada e sensibilização dérmica.	UND	10.000	100.000
PARA ATENDIMENTO A MANDADOS JUDICIAIS				
ITEM	**DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO**	**UND.**	**QUANT.**	**TOTAL**
12	**FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TIPO ROUPA - TAM. G/XG - MARCA PLENITUD ®**	UND	**16.000**	**16.000**
13	**FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAM. XG - MARCA BIGFRAL PLUS ®**	UND	**6.040**	**6.040**
14	**FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL XXG MENINO/MENINA - HUGGIES SUPREME CARE ®**	UND	**15.120**	**15.120**

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 60 / 92

15	**FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL XXXG MENINO/MENINA - HUGGIES SUPREME CARE ®**	UND	**1.800**	**1.800**
16	**FRALDA GERIATRICA DESCARTAVÉL TAM. M - TENA CONFORT ®**	UND	**6.320**	**6.320**
17	**FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL BABYSEC TAMANHO XG ®**	UND	**7.440**	**7.440**
18	**LENÇO UMEDECIDO PACOTES COM 100 UN** - Toalha/lenço umidecido para higiene - individuais de no mínimo 19cm x 15cm, hipoalérgicas, testada dermatologicamente, embalagem com adesivo ou tampa abre/fecha, sem álcool, para limpeza e hidratação da pele. testado e aprovado pela ANVISA. Pacote com 100 unidades.	PACOTE	**1.000 EDUCAÇÃO 168 SAUDE 300 SEMAS**	**1.468**

APÊNDICE II - QUANTIDADES POR SECRETARIA

	ITEM	UND	ADM	SAÚDE	ASSIST. SOCIAL	EDUC	TOTAL
1	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, TAMANHO P	UND	200	6.000	1.000	5.000	12.200
2	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, TAMANHO M -	UND	200	6.000	1.000	7.000	14.200
3	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, TAMANHO G	UND	300	10.000	3.000	10.000	23.300
4	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, TAMANHO EG/XG	UND	0	10.000	3.000	0	13.000
5	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, TAMANHO GG	UND	200	0	4.000	10.000	14.200
6	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, TAMANHO XXG -	UND	300	0	3.000	10.000	13.300
7	ABSORVENTE ÍNTIMO COM ABAS.	PCT	125	0	0	500	625
8	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO P	UND	0	18.000	300	0	18.300
9	FRALDA GERIÁTRICA	UND	0	30.000	300	0	30.300

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 61 / 92

	DESCARTÁVEL TAMANHO M						
10	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO G	UND	0	100.000	0	0	100.000
11	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO EG/XG	UND	0	100.000	0	0	100.000
12	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TIPO ROUPA - TAM. G/XG - MARCA PLENITUD ®	UND	0	16.000	0	0	16.000
13	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAM. XG - MARCA BIGFRAL PLUS ®	UND	0	6.040	0	0	6.040
14	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL XXG MENINO/MENINA - HUGGIES SUPREME CARE ®	UND	0	15.120	0	0	15.120
15	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL XXXG MENINO/MENINA - HUGGIES SUPREME CARE ®	UND	0	1.800	0	0	1.800
16	FRALDA GERIATRICA DESCARTAVÉL TAM. M - TENA CONFORT ®	UND	0	6.320	0	0	6.320
17	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL BABYSEC TAMANHO XG ®	UND	0	7.440	0	0	7.440
18	LENÇO UMEDECIDO PACOTES COM 100 UN	PCT	0	168	300	1.000	1.468

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 62 / 92

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (utilizar papel timbrado)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/_____

Razão Social:

CNPJ:

Endereço: **CEP:**

Telefone: **E-mail:**

Dados do Responsável pela Assinatura do Contrato:

Objeto: Registro de preços para aquisição de fraldas descartáveis, absorventes higiênicos e lenços umedecidos.

Valor Total da Proposta: R$ 1.247.348,56 (Um milhão, duzentos e quarenta e sete mil, trezentos e quarenta e oito reais e cinquenta e seis centavos).

***A justificativa para indicação de marcas específicas de fraldas descartáveis se encontra no item 14 do Termo de Referência.**

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	**ABSORVENTE ÍNTIMO COM ABAS** Para fluxo normal, com cobertura suave e formato anatômico que se adapta ao corpo. Possui cápsulas em gel, canais laterais e circuito completo antivazamento, que distribuem o fluxo por too o absorvente, garantindo tripla proteção. termoplásticos e papel siliconado, sem fibras de algodão, fabricado com componentes atóxicos que não causem irritação em contato com a pele, sem perfume, testado dermatologicamente. Embalagem plástica com número do lote, data de fabricação e validade mínima de 24 meses, pacote com 08 unidades,marca referência: equivalente, similar ou superior a	PCT	625		R$ 5,92	R$ 3.700,00

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 63 / 92

	"sempre-livre", "always" ou "íntimus gel"					
02	**FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, TAMANHO G -** tripla proteção, filme de polietileno, polpa de celulose, polimero superabsoserverte, não tecido de poliprolineno, não tecido de fibras bicomponentes e fibras polyester, aloe vera, vitamina e, adesivo temoplástico, fios de elástico, fitas adesivas. A embalagem deve conter dados do fabricante, lote e validade de no mínimo 2 anos após a fabricação e deve atender a legislação vigente e pertinente ao produto e estar de acordo com a RDC n° 640 de 24 de março de 2022 do Ministério da Saúde/ANVISA. Marca de referência igual ou similar a huggies / turma da monica / pampers premium care / cremer.	UND	23.300		R$ 1,37	R$ 31.921,00
03	**FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, TAMANHO M** - tripla proteção, filme de polietileno, polpa de celulose, polimero superabsoserverte, não tecido de poliprolineno, não tecido de fibras bicomponentes e fibras polyester, aloe vera, vitamina e, adesivo temoplástico, fios de elástico, fitas adesivas. A embalagem deve conter dados do fabricante, lote e validade de no mínimo 2 anos após a fabricação e deve atender a legislação vigente e pertinente ao produto e estar de acordo com a RDC n° 640 de 24 de março de 2022 do Ministério da Saúde/ANVISA. Marca de referência igual ou similar a huggies / turma da monica / pampers premium care / cremer.	UND	14.200		R$ 1,28	R$ 18.176,00

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 64 / 92

04	**FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, TAMANHO P -** Tripla proteção, filme de polietileno, polpa de celulose, polímero superabsoservente, não tecido de poliprolineno, não tecido de fibras bicomponentes e fibras polyester, aloe vera, vitamina E, adesivo temoplástico, fios de elástico, fitas adesivas. A embalagem deve conter dados do fabricante, lote e validade de no mínimo 2 anos após a fabricação e deve atender a legislação vigente e pertinente ao produto e estar de acordo com a RDC n° 640 de 24 de março de 2022 do Ministério da Saúde/ANVISA. Marca de referência igual ou similar a huggies / turma da monica / pampers premium care / cremer.	UND	12.200		R$ 1,29	R$ 15.738,00
05	**FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, TAMANHO XXG -** tripla proteção, filme de polietileno, polpa de celulose, polimero superabsoservente, não tecido de poliprolineno, não tecido de fibras bicomponentes e fibras polyester, aloe vera, vitamina e, adesivo temoplástico, A embalagem deve conter dados do fabricante, lote e validade de no mínimo 2 anos após a fabricação e deve atender a legislação vigente e pertinente ao produto e estar de acordo com a RDC n° 640 de 24 de março de 2022 do Ministério da Saúde/ANVISA. Marca de referência igual ou similar a huggies / turma da monica / pampers premium care / cremer.	UND	13.300		R$ 1,49	R$ 19.817,00
06	**FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL BABYSEC TAMANHO XG ®**	UND	7.440		R$ 1,24	R$ 9.225,60
07	**FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, TAMANHO GG -** tripla proteção, filme de polietileno, polpa de celulose, polimero superabsoservente, não tecido de poliprolineno, não tecido de fibras	UND	14.200		R$ 1,36	R$ 19.312,00

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 65 / 92

	bicomponentes e fibras polyester, aloe vera, vitamina e, adesivo temoplástico, fios de elástico, fitas adesivas. A embalagem deve conter dados do fabricante, lote e validade de no mínimo 2 anos após a fabricação e deve atender a legislação vigente e pertinente ao produto e estar de acordo com a RDC n° 640 de 24 de março de 2022 do Ministério da Saúde/ANVISA. Marca de referência igual ou similar a huggies / turma da monica / pampers premium care / cremer.					
08	**FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL XXG MENINO/MENINA - HUGGIES SUPREME CARE ®**	UND	15.120		R$ 2,73	R$ 41.277,60
09	**FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL XXXG MENINO/MENINA - HUGGIES SUPREME CARE ®**	UND	1.800		R$ 2,05	R$ 3.690,00
10	**FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, TAMANHO EG/XG -** tripla proteção, filme de polietileno, polpa de celulose, polimero superabsoserverte, não tecido de poliprolineno, não tecido de fibras bicomponentes e fibras polyester, aloe vera, vitamina e, adesivo temoplástico, fios de elástico, fitas adesivas. A embalagem deve conter dados do fabricante, lote e validade de no mínimo 2 anos após a fabricação e deve atender a legislação vigente e pertinente ao produto e estar de acordo com a RDC n° 640 de 24 de março de 2022 do Ministério da Saúde/ANVISA. Marca de referência igual ou similar a huggies / turma da monica / pampers premium care / cremer.	UND	13.000		R$ 1,85	R$ 24.050,00
11	**FRALDA GERIATRICA DESCARTAVÉL TAM. M - TENA CONFORT ®**	UND	6.320		R$ 3,06	R$ 19.339,20

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 66 / 92

12	**FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TIPO ROUPA - TAM. G/XG - MARCA PLENITUD ®**	UND	16.000		R$ 4,27	R$ 68.320,00
13	**FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAM. XG - MARCA BIGFRAL PLUS ®**	UND	6.040		R$ 3,64	R$ 21.985,60
14	**AMPLA CONCORRÊNCIA FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO EG/XG -** Para uso para período mínimo de 10h, a camada externa deve ser macia ao toque, deve ser hipoalergênica, possuir indicador de umidade, a manta interna deve ter formato anatômico, deve permitir o reposicionamento do fechamento para melhor ajuste no paciente, os componentes devem ser atóxicos, a fralda deve absorver no mínimo 1000ml. Composição: barreira protetora de fibra de polipropileno, fibras de celulose, polímeros super absorventes, fios de elastano, adesivos termoplásticos, fitas adesivas para fixação, camada interna de não tecido e fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno. Deve ser indicada para incontinência severa. Deve suportar peso corporal acima de 90kg, aproximadamente. Deve ser apresentado junto a proposta, notificação prévia regularizada pela ANVISA, ficha técnica, laudos microbiológicos e dermatológicos de irritabilidade dérmica primária acumulada e sensibilização dérmica.	UND	75.000		R$ 3,90	R$ 292.500,00
15	**FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO EG/XG -** Para uso para período mínimo de 10h, a camada externa deve ser macia ao toque, deve ser hipoalergênica, possuir indicador de umidade, a manta interna deve ter formato anatômico, deve permitir o reposicionamento do fechamento para melhor ajuste no paciente, os	UND	25.000		R$ 3,90	R$ 97.500,00

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 67 / 92

	componentes devem ser atóxicos, a fralda deve absorver no mínimo 1000ml. Composição: barreira protetora de fibra de polipropileno, fibras de celulose, polímeros super absorventes, fios de elastano, adesivos termoplásticos, fitas adesivas para fixação, camada interna de não tecido e fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno. Deve ser indicada para incontinência severa. Deve suportar peso corporal acima de 90kg, aproximadamente. Deve ser apresentado junto a proposta, notificação prévia regularizada pela ANVISA, ficha técnica, laudos microbiológicos e dermatológicos de irritabilidade dérmica primária acumulada e sensibilização dérmica.					
16	**AMPLA CONCORRÊNCIA FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO G -** Para uso para período mínimo de 10h, a camada externa deve ser macia ao toque, deve ser hipoalergênica, possuir indicador de umidade, a manta interna deve ter formato anatômico, deve permitir o reposicionamento do fechamento para melhor ajuste no paciente, os componentes devem ser atóxicos, a fralda deve absorver no mínimo 1000ml. Composição: barreira protetora de fibra de polipropileno, fibras de celulose, polímeros super absorventes, fios de elastano, adesivos termoplásticos, fitas adesivas para fixação, camada interna de não tecido e fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno. Deve ser indicada para incontinência severa. Deve suportar peso corporal de 70 a 90kg, aproximadamente. Deve ser apresentado junto a proposta, notificação prévia regularizada pela ANVISA, ficha técnica, laudos microbiológicos e dermatológicos de irritabilidade dérmica primária	UND	75.000		R$ 3,78	R$ 283.500,00

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 68 / 92

	acumulada e sensibilização dérmica.					
17	**FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO G -** Para uso para período mínimo de 10h, a camada externa deve ser macia ao toque, deve ser hipoalergênica, possuir indicador de umidade, a manta interna deve ter formato anatômico, deve permitir o reposicionamento do fechamento para melhor ajuste no paciente, os componentes devem ser atóxicos, a fralda deve absorver no mínimo 1000ml. Composição: barreira protetora de fibra de polipropileno, fibras de celulose, polímeros super absorventes, fios de elastano, adesivos termoplásticos, fitas adesivas para fixação, camada interna de não tecido e fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno. Deve ser indicada para incontinência severa. Deve suportar peso corporal de 70 a 90kg, aproximadamente. Deve ser apresentado junto a proposta, notificação prévia regularizada pela ANVISA, ficha técnica, laudos microbiológicos e dermatológicos de irritabilidade dérmica primária acumulada e sensibilização dérmica.	UND	25.000		R$ 3,78	R$ 94.500,00
18	**AMPLA CONCORRÊNCIA FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO M -** Para uso para período mínimo de 10h, a camada externa deve ser macia ao toque, deve ser hipoalergênica, possuir indicador de umidade, a manta interna deve ter formato anatômico, deve permitir o reposicionamento do fechamento para melhor ajuste no paciente, os componentes devem ser atóxicos, a fralda deve absorver no mínimo 1000ml. Composição: barreira protetora de fibra de polipropileno, fibras de celulose, polímeros super absorventes, fios de elastano, adesivos termoplásticos, fitas adesivas para fixação, camada	UND	22.425		R$ 3,68	R$ 82.524,00

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 69 / 92

	interna de não tecido e fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno. Deve ser indicada para incontinência severa. Deve suportar peso corporal de 40 a 70kg, aproximadamente. Deve ser apresentado junto a proposta, notificação prévia regularizada pela ANVISA, ficha técnica, laudos microbiológicos e dermatológicos de irritabilidade dérmica primária acumulada e sensibilização dérmica.					
19	**FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO M -** Para uso para período mínimo de 10h, a camada externa deve ser macia ao toque, deve ser hipoalergênica, possuir indicador de umidade, a manta interna deve ter formato anatômico, deve permitir o reposicionamento do fechamento para melhor ajuste no paciente, os componentes devem ser atóxicos, a fralda deve absorver no mínimo 1000ml. Composição: barreira protetora de fibra de polipropileno, fibras de celulose, polímeros super absorventes, fios de elastano, adesivos termoplásticos, fitas adesivas para fixação, camada interna de não tecido e fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno. Deve ser indicada para incontinência severa. Deve suportar peso corporal de 40 a 70kg, aproximadamente. Deve ser apresentado junto a proposta, notificação prévia regularizada pela ANVISA, ficha técnica, laudos microbiológicos e dermatológicos de irritabilidade dérmica primária acumulada e sensibilização dérmica.	UND	7.875		R$ 3,68	R$ 28.980,00
20	**FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO P -** Para uso para período mínimo de 10h, a camada externa deve ser macia ao toque, deve ser hipoalergênica, possuir indicador de umidade, a manta interna deve ter formato	UND	18.300		R$ 3,10	R$ 56.730,00

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 70 / 92

	anatômico, deve permitir o reposicionamento do fechamento para melhor ajuste no paciente, os componentes devem ser atóxicos, a fralda deve absorver no mínimo 1000ml. Composição: barreira protetora de fibra de polipropileno, fibras de celulose, polímeros super absorventes, fios de elastano, adesivos termoplásticos, fitas adesivas para fixação, camada interna de não tecido e fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno. Deve ser indicada para incontinência severa. Deve suportar peso corporal de 20 a 40kg, aproximadamente. Deve ser apresentado junto a proposta, notificação prévia regularizada pela ANVISA, ficha técnica, laudos microbiológicos e dermatológicos de irritabilidade dérmica primária acumulada e sensibilização dérmica.					
21	**LENÇO UMEDECIDO PACOTES COM 100 UN -** Toalha/lenço umidecido para higiene - individuais de no mínimo 19cm x 15cm, hipoalérgicas, testada dermatologicamente, embalagem com adesivo ou tampa abre/fecha, sem álcool, para limpeza e hidratação da pele. testado e aprovado pela ANVISA. Pacote com 100 unidades.	PCT	1.468		R$ 9,92	R$ 14.562,56

- Declaramos aceitar de forma plena as previsões do edital e da execução da contratação.
- Declaramos estar inclusos na proposta todos os custos diretos e indiretos, tais como impostos, taxas, obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias a que estiver sujeita a empresa.
- Validade da proposta: 120 (cento e vinte) dias.

Local e data ___ de _____ de _____.

_____
Nome e assinatura do Representante da Empresa

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 71 / 92

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO NAS VEDAÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E DA LEI Nº 14.133/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/_____

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA,

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), estabelecida na (ENDEREÇO COMPLETO), inscrita no CNPJ sob nº (Nº DO CNPJ), neste ato representada pelo seu (REPRESENTANTE/SÓCIO/PROCURADOR) no uso de suas atribuições legais, **DECLARA**, para fins de obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações que lhe sucederam, não estar incursa em nenhuma das vedações do §4º do art. 3º da referida Lei, considerando, ainda, o que preconiza o §5º e §6º do mesmo dispositivo legal.

Declaro ainda, que não celebramos contratos com a Administração Pública, no ano- calendário de realização da licitação, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Por ser verdade assina a presente.

Local e data ___ de _____ de _____.

_____
Nome e assinatura do Representante da Empresa

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 72 / 92

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº __/_____ (PREENCHER)

Pregão Eletrônico nº __/_____ (preencher)

Processo nº __/_____ (preencher)

ID CidadES nº _____ (preencher)

CONTRATO QUE ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PIÚMA E A EMPRESA _____ PARA A AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS, ABSORVENTES E LENÇOS UMEDECIDOS.

O **MUNICÍPIO DE PIÚMA**, Estado do Espírito Santo, com sede na Avenida Felicindo Lopes, nº 238, Acaiaca, Piúma/ES, inscrita no CNPJ nº 27.165.695/0001-18, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. _____, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º _____, com sede na Rua _____ CEP: _____, representada neste ato pelo Sr, _____, doravante denominada CONTRATADA, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº _____/_____, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente instrumento é a aquisição de fraldas descartáveis, absorventes e lenços umedecidos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

1.2 - Integram este Contrato, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, o Edital e todos os seus Anexos, bem como a Proposta Comercial da Contratada.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 73 / 92

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

2.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Secretaria Municipal de _____

Classificação Funcional: _____

Natureza de Despesa: _____

Fonte de Recurso: _____

Ficha: _____

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 - O prazo de vigência da contratação é de _____ (_____) **meses** contados da publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

5.1 - O valor global da contratação é de **R$ _____ (valor por extenso)**, conforme Anexo I, deste Instrumento.

5.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O prazo para pagamento da CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 74 / 92

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1 - Os preços serão expressos em reais, sendo fixos e irreajustáveis, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de quando poderá haver reajuste, tomando como base a data do orçamento estimado pela Administração Municipal, sendo esta a data do relatório de pesquisa de preços, aplicando-se o IPCA-IBGE, conforme fórmula abaixo estabelecida:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

Pr = preço reajustado

P = preço atual (antes do reajuste)

V = variação percentual do IPCA acumulado no período

7.1.1 - O reajuste deverá ser precedido de requerimento formulado pela Contratada, sob pena de preclusão.

7.1.2 - A Contratada deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, se existente, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

8.1 - As obrigações do CONTRATANTE e da CONTRATADA constam no **Termo de Referência.**

CLÁUSULA NONA - DAS GARANTIAS

9.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução;

9.2 - A garantia de execução não exclui eventual garantia do objeto contratado prevista especificamente no **Termo de Referência**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 75 / 92

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 - Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1 Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021;

10.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021;

10.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste instrumento, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021;

10.2.4 Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) nos casos de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida;

10.2.5 Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) pelas infrações descritas no item 10.1;

10.2.6 O descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas do contrato autoriza a Administração a promover sua extinção, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021;

a) No caso anterior, fica autorizado o CONTRATANTE a rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, convertendo-se a multa em compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 76 / 92

10.2.7 Aplicam-se no contrato as multas compensatórias previstas no Termo de Referência.

10.3 A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

10.4 Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

10.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021);

10.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021);

10.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5.1 Na aplicação das sanções serão considerados os aspectos elencados no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

10.5.2 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

10.5.3 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 77 / 92

Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

11.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

11.2 - Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

12.1 - Proteção de dados, coleta e tratamento: Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”).

12.2 - Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

12.3 - Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

12.3.1 - Notificar imediatamente ao CONTRATANTE;

12.3.2 - Auxiliá-lo, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento;

12.3.3 - Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do requerimento do titular;

12.4 - Necessidade**:** As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 78 / 92

12.5 - As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

12.6 - A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

12.7 - Proteção de dados e incidentes de segurança: Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

12.8 - A CONTRATADA deverá notificar ao CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que o CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

12.9 - As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

12.10 - **Transferência internacional**: É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

12.11 - **Responsabilidade**: A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 79 / 92

12.12 - Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pelo CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante ao CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

12.13 - A CONTRATADA deve colocar à disposição do CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pelo CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

12.14 - A CONTRATADA deve auxiliar ao CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.

12.15 - Se o CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causado.

12.16 - **Eliminação**: Extinto o Contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em, até **10 (dez) dias úteis**, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais ao CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando o CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 - Aplicar-se-ão os arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021, nas situações de extinção contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

14.1 - O referido Contrato será publicado, em resumo, na Imprensa Oficial, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 80 / 92

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da cidade de Piúma/ES, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja**.**

Piúma/ES, _____ de _____ de _____

_____

(Nome do Prefeito Municipal)

Município de Piúma

CONTRATANTE

_____

(Nome da Contratada)

CNPJ nº _____

CONTRATADA

ANEXO I – CONTRATO Nº _____/_____

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
					VALOR GLOBAL	

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 81 / 92

ANEXO V

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº __/_____ (PREENCHER)

Pregão nº __/_____ (preencher)

Processo nº __/_____ (preencher)

ID CidadES nº _____ (preencher)

O **MUNICÍPIO DE PIÚMA**, Estado do Espírito Santo, com sede na Avenida Felicindo Lopes, nº 238, Acaiaca, Piúma/ES, inscrita no CNPJ nº 27.165.695/0001-18, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. _____, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º _____, com sede na Rua _____ CEP: _____, representada neste ato pelo Sr, _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. ____/_____, RESOLVE registrar os preços a seguir, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, em conformidade com as disposições a seguir:

1 - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de fraldas descartáveis, absorventes e lenços umedecidos, nos moldes do Termo de Referência, Anexo I do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 063/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2 - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 82 / 92

2.1. O valor global desta Ata de Registro de Preços é de **R$ _____ (valor por extenso)**, estando inclusas todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra e quaisquer despesas inerentes ao serviço.

2.2. Os valores unitários dos itens registrados são os constantes do Anexo I que acompanha o presente documento.

2.3. A listagem do Cadastro de Reserva referente ao presente registro de preços consta como Anexo II desta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Piúma.

3.2. Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

3.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, mediante requerimento de adesão enviado, eletronicamente, ao órgão ou entidade gerenciadora com os seguintes requisitos.

4.1.1. Para a utilização da Ata de Registro de Preços, por meio de adesão, deverão ser observadas as seguintes condições:

I. Solicitação formalizada pelo Ordenador de Despesas do Órgão Aderente, devendo indicar:

a) Nome e número de inscrição, do Ordenador de Despesas, no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia - CPF/ME;

b) CNPJ e endereço do órgão;

c) Nome da pessoa responsável para contato com telefone e e-mail;

d) Número da Ata de Registro de Preços e do Edital de Licitação que a originou;

e) Especificação dos itens, número do item na ata; códigos utilizados pela Prefeitura Municipal de Piúma, quantidades, valores unitário e total que se pretende adquirir e/ou contratar.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 83 / 92

II. Manifestação expressa do compromissário fornecedor de que aceita fornecer os itens pretendidos por meio de adesão, sem prejuízo dos compromissos assumidos com os órgãos participantes.

4.1.2. Caso seja autorizada a adesão será firmado um Termo de Autorização pelo órgão Gerenciador.

4.2. As adesões a que se refere esta cláusula não poderão exceder ao dobro do quantitativo dos itens registrados na ata de registro de preços, independente da quantidade de órgãos aderentes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este subitem não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento), do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.3.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de publicação na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, atendidas as condições previstas no art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, os quantitativos registrados poderão ser renovados, nos moldes do art. 2º do Decreto Municipal nº 3.090/2025.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 84 / 92

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá estar vigente no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do licitante vencedor;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item b).2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 85 / 92

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9 desta Ata de Registro de Preços.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7.2 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.7.2., aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 86 / 92

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 87 / 92

7.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR não puder cumprir o compromisso, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá:

7.2.1. Liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes da solicitação de execução, caso em que não haverá aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e;

7.2.2. Convocar os demais FORNECEDORES para assegurar igual oportunidade de negociação.Comprovada a desatualização decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá:

7.3. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e na ata.

7.4. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas entre órgãos ou entidades participantes do lote, incluindo o gerenciador, quando este for participante, e para os quantitativos ainda não contratados.

8.2. O órgão ou entidade solicitante realizará consulta formal e direta aos demais participante informando o(s) item(ns) e o(s) quantitativo(s) que deseja.

8.3. O órgão ou entidade cedente verificará a possibilidade de remanejamento e, se constatada a possibilidade, somente poderá autorizar o remanejamento mediante declaração de sua autoridade competente atestando a disponibilidade de saldo não contratado e a ciência quanto à redução do seu quantitativo solicitado.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 88 / 92

8.4. O órgão ou entidade solicitante deverá submeter o pedido ao órgão ou entidade gerenciadora juntamente com a justificativa para o acréscimo e a autorização de remanejamento do órgão ou entidade cedente.

8.5. Recebido o pedido, o órgão ou entidade gerenciadora verificará a conformidade da solicitação e procederá à formalização de termo aditivo.

8.6. Em nenhuma hipótese o fornecedor beneficiário da ARP poderá negar ou condicionar o fornecimento ao órgão ou entidade participante que teve sua solicitação atendida em função do processo de remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O fornecedor terá o registro do seu preço cancelado quando:

9.1.1. descumprir as condições da ARP;

9.1.2. não formalizar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo estabelecido pela ARP, sem justificativa aceitável;

9.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

9.1.4. sofrer sanção prevista no inciso III ou IV do caput do art. 156 da Lei 14.133, de 2021, observada a abrangência definida nos §§ 4º e 5º do referido dispositivo.

9.2. Na hipótese do item 9.1.4, caso a sanção aplicada não ultrapasse o prazo de vigência da ARP, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.3. O cancelamento do registro será formalizado por decisão fundamentada da autoridade máxima do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa nas hipóteses previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.4.

9.4. Além das demais hipóteses previstas neste regulamento, o cancelamento do registro de preços poderá ocorrer, justificadamente:

9.4.1. por razões de interesse público; ou

9.4.2. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 89 / 92

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

11.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

12. DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da cidade de Piúma/ES, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja**.**

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e disponibilizada aos demais órgãos participantes (se houver).

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 90 / 92

Piúma/ES, ____ de _____ de _____.

_____	_____
Município de Piúma	Nome da Contratada
Representante (nome completo)	CNPJ nº _____
	Representante (nome completo)

ANEXO I - Ata de Registro de Preços nº _____/_____

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
					VALOR GLOBAL	

Nota Explicativa: Este Anexo poderá ser substituído por arquivo extraído do Sistema de Compras.

ANEXO II - Ata de Registro de Preços nº _____/_____

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

2º Colocado: (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)
3º Colocado: razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)
4º Colocado: razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

2026-Z5PLR3 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/11/2026 08:40 PÁGINA 91 / 92

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

MARIA GABRIELA MARINHO DOS SANTOS
ASSESSOR ADMINISTRATIVO
DLIC - SEMAD - PMPIUMA
assinado em 10/11/2026 08:40:18 -03:00

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO
Documento capturado em 10/11/2026 08:40:18 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por MARIA GABRIELA MARINHO DOS SANTOS (ASSESSOR ADMINISTRATIVO - DLIC - SEMAD - PMPIUMA)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: https://e-docs.es.gov.br/d/2026-Z5PLR3